



Operação Furacão Quinta acusação do Ministério Público envolve 42 arguidos

Fraude desfalcou Estado em 44,7 milhões de euros

Nuno Miguel Maia

nunomm@jn.pt

► O Departamento Central de Investigação e Ação Penal do Ministério Público deduziu a quinta acusação no âmbito da Operação Furacão, iniciada há 11 anos. Desta vez, foram acusados 42 arguidos, incluindo pessoas coletivas, ligadas à PIC, um grupo de empresas promotoras de esquemas de fraude fiscal que terá lesado o Estado em 44,795 milhões de euros.

Neste processo, várias empresas sonantes estão envolvidas, entre as quais a Soares da Costa, Empreitadas Adriano, grupo Visabeira, Colunex, Concentra, conservas Ramirez e a Loja do Gato Preto, entre outros. Também dois importantes gabinetes de arquitetura foram apanhados: Capinha Lopes & Associados e Valsassina Arquitetos.

Vários destes aderentes a esquemas de fraude fiscal reconheceram a participação no esquema ilícito e aceitaram pagar à Autoridade Tributária as verbas em falta. Por esta razão, quanto a várias daquelas empresas, o processo foi provisoriamente suspenso, com a condição de regularização da situação tributária. O caso mais expressivo foi o da Soares da Costa, que pagou voluntariamente 7,9 milhões.

Segundo o Ministério Público, a fraude promovida pela PIC ter-se-á desenvolvido pelo menos entre 2001 e 2009 e envolvia a criação de



Soares da Costa pagou 7,9 milhões por impostos relativos a 2001-2009

pormenores :

Processo em julgamento

● O primeiro processo da Operação Furacão teve acusação contra 30 pessoas, o Finibanco (hoje integrado no Montepio) e a Fina-tlantic. Está em julgamento. A fuga atingiu 36 milhões, entre 2001 e 2007. O segundo processo envolve a Esger, empresa do BES da qual eram acionistas elementos da família Espírito Santo.

150 milhões já pagos

● Em acordos de suspensão de processos, o Ministério Público arrecadou já 150 milhões de euros para o Estado na Operação Furacão.

empresas "off-shore" com o objetivo de criar faturas fictícias suportadas em falsos contratos com as empresas clientes. Assim, conseguiam apresentar ao Fisco despesas que, na realidade, não tinham ocorrido. Desta forma, diminuíam as quantias que tinham de pagar ao Estado a título de IRC e IRS. As sociedades criadas pela PIC e seu grupo tinham sede em territórios com regimes fiscais mais favoráveis, como Gibraltar, Bahamas, Delaware (Estados Unidos) e Ilhas Virgens Britânicas.

Apontado como líder do grupo é Mário Castro, 53 anos, gestor, e vários dos seus colaboradores, que trabalhavam nas instalações da PIC em Lisboa e no Porto. ●